



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA DA  
OUVIDORIA-GERAL E DO MEIO AMBIENTE (SOMA), CEARÁ – BRASIL.**

**LUCIANA MARIA DE CARVALHO CAMPOS**

---

**Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao  
Departamento de Engenharia de Pesca do Centro de  
Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará,  
como parte das exigências para obtenção do título  
de Engenheiro de Pesca.**

---

**FORTALEZA – CEARÁ  
FEVEREIRO/2003**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C214r Campos, Luciana Maria de Carvalho.

Relatório de atividades desenvolvidas na Secretaria da Ouvidoria-geral e do Meio Ambiente (SOMA), Ceará - Brasil. / Luciana Maria de Carvalho Campos. – 2003.  
49 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Engenharia de Pesca, Fortaleza, 2003.

Orientação: Profa. Ma. Maria Selma Ribeiro Viana.

1. Estágio. I. Título.

CDD 639.2

---

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Maria Selma Ribeiro Viana, M.Sc.  
Orientadora/Presidente

---

Silvana Saker Sampaio, Ph.D.

---

José Jarbas Studart Gurgel, M.Sc.

Orientador Técnico:

---

Evaldo Tavares de Souza Filho, Esp.  
Coordenador da Ouvidoria Ambiental

**VISTO:**

---

Moisés Almeida de Oliveira, D.Sc.  
Chefe do Departamento de Engenharia de Pesca

---

Maria Selma Ribeiro Viana, M.Sc.  
Coordenadora do Curso de Eng. de Pesca

## AGRADECIMENTOS

A Deus e à Santa Terezinha por terem me concedido saúde, capacidade e serenidade de permanecer esses longos cinco anos de curso.

À professora Maria Selma Ribeiro Viana, do Departamento de Engenharia de Pesca – UFC, pelo apoio e dedicação na orientação deste e dos demais trabalhos realizados com ela.

À Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente por ter me proporcionado tão valioso estágio.

Ao amigo Evaldo Tavares de Souza Filho, Coordenador da Ouvidoria do Meio Ambiente, pela orientação técnica e atenção durante o período de estágio.

Ao PET, Programa Especial de Treinamento, pelo estímulo de sempre lutar pelos meus ideais e pela capacitação técnico-científica que me proporcionou durante os quatro anos em que fiz parte.

À minha querida amiga de estágio Rita Vidal, por todo apoio e amizade recebidos durante este período.

Aos amigos que fiz durante o estágio na SOMA e que me ajudaram bastante durante a elaboração deste trabalho, Rosane, Leorne, Ana Bolena, Pragmácio, Lorena, Cristina, Diana, Vagner, Zeneide, Silvinha, Diana, enfim a todos os funcionários da SOMA que me receberam de braços abertos.

À professora Maria Elizabeth de Araújo, do Departamento de Engenharia de Pesca – UFC, por quem tenho grande admiração, agradeço pelo meu aprendizado acadêmico, profissional e pessoal, enquanto foi Tutora do PET.

A todos os professores do Departamento de Engenharia e dos outros Departamentos em que passei, pelos ensinamentos aplicados na profissão e na vida pessoal.

À minha inseparável amiga Marisa, pelo companheirismo, cumplicidade e amizade recebidos durante o período de Universidade.

Aos meus inesquecíveis amigos Eduardo, Charles, Alessandra, Karine, Cristiano, Eliano, Nadjane, Elenice, Luciana Queiroz, Ariévilo, Matheus, Wesley, Luiz Eduardo (Lula), Edmo, Luís Eduardo, Cristiane, Tony, Tércio, Cilene e Ricardo Camurça.

E principalmente ao meu querido noivo pela compreensão, amizade, atenção e horas de dedicação durante esses cinco anos.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para esse grande passo em minha vida.

**SUMÁRIO**

	Página
LISTA DE FIGURAS	Vii
LISTA DE TABELAS	Viii
RESUMO	Ix
<b>1 – INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2 – SECRETARIA DA OUVIDORIA-GERAL E DO MEIO AMBIENTE – SOMA</b>	<b>4</b>
2.1 – Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM)	4
2.2 – Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM)	7
<b>3 – TRABALHOS REALIZADOS DURANTE O ESTÁGIO</b>	<b>10</b>
3.1 – Trabalhos Realizados na Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM)	10
3.1.1 – Gerenciamento Costeiro (GERCO)	10
3.1.2 – Sistema Estadual de Pesca e Aqüicultura Continental (SEPAC)	16
3.1.3 – Espaço Verde Zé Pinto	17
3.2 – Trabalhos Realizados na Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM)	19
3.2.1 – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental	19
3.2.2 – Projeto de Controle Ambiental do Assoreamento Eólico do Serviluz	21
3.2.3 – Projeto de Limpeza dos Recursos Hídricos de Fortaleza Atendidos pelo SANEAR	22
3.2.4 – Processos em tramitação	23
<b>4 – ANÁLISE DE PROCESSOS</b>	<b>25</b>
<b>5 – OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>29</b>
<b>6 – PLANEJAMENTO PARA 2003</b>	<b>30</b>
6.1 – Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM)	30
6.2 – Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM)	31

<b>7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>34</b>
---------------------------------	-----------

<b>8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>35</b>
---------------------------------------	-----------

## **ANEXOS**

Anexo 1	Fortaleza – Plano de Gerenciamento e Manutenção de Riachos e Lagoas
Anexo 2	Formulário de Atendimento
Anexo 3	Formulário Padrão de Reunião
Anexo 4	Termo de Compromisso
Anexo 5	Termo de Encerramento

**LISTA DE FIGURAS**

	Página
Figura 1. Organograma da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA).	5
Figura 2. Mapa de Atuação do Gerenciamento Costeiro no Litoral Leste do Ceará.	13
Figura 3. “Trailer” Espaço Verde Zé Pinto.	17
Figura 4. Soterramento de Casas e Muros na Comunidade do Serviluz, em Fortaleza/CE, 2002.	21
Figura 5. Assoreamento eólico com soterramento de ruas, calçadas e drenagem pluvial na área da Comunidade do Serviluz, em Fortaleza/CE, 2002.	22
Figura 6. Representação gráfica da variação mensal no número de processos (recebidos, analisados e arquivados) no período de maio a agosto de 2002.	28
Figura 7. Representação gráfica da variação mensal no número de processos (recebidos, analisados e arquivados) no período de setembro a dezembro de 2002.	28

**LISTA DE TABELAS**

	Página
Tabela 1. Processos recebidos no período de maio a dezembro de 2002.	26
Tabela 2. Levantamento dos Processos da Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (2º Quadrimestre/2002)	27
Tabela 3. Levantamento dos Processos da Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (3º Quadrimestre/2002)	27

## RESUMO

Criada em janeiro de 2001, a Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA) vem desempenhando inúmeros projetos e atividades para a melhoria do meio ambiente do Estado do Ceará. Na sua estruturação estão inseridas seis Coordenadorias: Coordenadoria Institucional (COINST), Coordenadoria de Investigação e Inspeção (CODIN), Coordenadoria de Programas (COPRO), Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM), Coordenadoria de Administração e Controle (COAD) e a Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM), que auxiliam na definição e desenvolvimento de ações conjuntas para a implementação de políticas de gerenciamento ambiental para o Estado do Ceará. O objetivo deste trabalho é relatar as atividades desenvolvidas em estágio realizado na SOMA, no período de maio a dezembro de 2002, em particular na COUVAM e COMAM. Na COUVAM que atende as reclamações da sociedade acerca de qualquer tipo de poluição ou degradação ambiental, durante o período de estágio, foram desenvolvidas atividades na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, no Projeto de Controle Ambiental da Assoreamento Eólico do Serviluz, no Projeto de Limpeza dos Recursos Hídricos de Fortaleza Atendidos pelo SANEAR e nos Processos em tramitação. Na COMAM desenvolveram-se os projetos de Gerenciamento Costeiro (GERCO), Sistema Estadual de Pesca e Aquicultura Continental (SEPAC) e o Espaço Verde Zé Pinto. Os projetos desenvolvidos pela SOMA são de grande importância para todo o Estado do Ceará, principalmente no âmbito do meio ambiente, porém, muito ainda precisa ser feito para se obter um desenvolvimento sustentável.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA DA OUIDORIA-GERAL E DO MEIO AMBIENTE (SOMA), CEARÁ – BRASIL.

Luciana Maria de Carvalho Campos

### 1 – INTRODUÇÃO

A população humana cresceu ao longo dos séculos, a princípio moderadamente. Entretanto, este crescimento se acelerou nos últimos 200 anos e hoje a população do planeta gira em torno de 6 bilhões de habitantes. Enquanto o número da população mundial ocupava índices modestos, a degradação ambiental tinha um caráter regional e os processos naturais de recuperação dos ecossistemas ocorriam sem grandes sobressaltos. Atualmente, observa-se o contrário, pois os problemas assumem uma dimensão biosférica (CADERNO, 2001).

De acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Meio ambiente, porém, não é, como muitos pensam, sinônimo de natureza. Engloba tanto os recursos naturais, quanto os bens de um meio onde vive um número cada vez maior de pessoas, como as cidades, formando o meio ambiente urbano. Meio ambiente, portanto, fazem parte o lixo, a água encanada, a fumaça de ônibus, etc. Fazem parte, também, o lazer, a educação, o prazer, o bem-estar, a saúde, que dependem diretamente das condições do meio ambiente (CEARÁ, 2000).

Em virtude do atual modelo de desenvolvimento, a extração de recursos naturais é cada vez maior e sua reposição, quando se trata de recursos finitos, nem sempre corresponde ao volume retirado. A industrialização e a urbanização, sempre crescentes, auxiliam a expansão dos processos de contaminação e poluição sonora, do solo, da água e do ar (CADERNO, 2001).

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma comissão mundial, formada por representantes de diversos países, inclusive o Brasil, para analisar os problemas da relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, propondo alternativas para solucioná-los. Em 1987, a comissão apresentou seu relatório final, que recebeu o nome de “Nosso Futuro Comum”, propondo o desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido muito discutido e quem o utiliza pode estar propondo tanto o uso mais cuidadoso dos recursos naturais (água, matérias-primas, energia, etc.) como a transformação radical do modo atual de produção e consumo (CADERNO, 2001).

Assim, ao se falar em desenvolvimento sustentável, é necessário considerar, além da questão econômica, os aspectos ecológicos (a capacidade de cada ecossistema ou recurso natural suportar a utilização humana) e sociais (o nível de exploração da natureza está relacionado com a forma de organização, a cultura e os valores de cada sociedade). Assim, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação da sociedade, de seus valores e padrões de produção e de consumo (CADERNO, 2001).

Universidades, Entidades e muitos Órgãos, Governamentais e Não Governamentais (ONG's), estão se preocupando cada vez mais com a degradação ambiental que vem afetando sensivelmente a biodiversidade brasileira, na tentativa de adotar uma política de gestão ambiental para a preservação dos nossos recursos naturais. Um desses Órgãos é a Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA) que busca a aplicação de um desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará.

A SOMA foi criada com a Lei n.º 13.093, de 08 de janeiro de 2001, como consequência das necessidades da comunidade em avaliar os serviços prestados pelos órgãos públicos, assegurando o exercício de seus direitos. Proporciona ainda, a comunicação direta do Governo do Estado com seus cidadãos, dando-lhes a oportunidade de reclamar quando o serviço público não lhes for prestado devidamente, de apresentar sugestões e obter informações sobre a administração pública estadual, pois somente com o cidadão preparado para discutir seus interesses e os da sua comunidade, poder-se-á avaliar o desenvolvimento do Estado.

Nesse ponto, a Ouvidoria exerce papel importante porque tem a função de ajudar a conduzir o processo de cidadania. Por outro lado, a SOMA visa também definir e desenvolver planos estratégicos, através de suas coordenadorias, para a implementação das políticas de gerenciamento e controle ambiental do Estado do Ceará; elaborar planos, programas e projetos de proteção, recuperação, conservação e melhoria da qualidade ambiental do Estado de acordo com o seu organograma. Na sua estruturação estão inseridas 6 coordenadorias: Coordenadoria Institucional (COINST), Coordenadoria de Investigação e Inspeção (CODIN), Coordenadoria de Programas (COPRO), Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM), Coordenadoria de Administração e Controle (COAD) e a Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM).

O estágio foi realizado diretamente em duas coordenadorias: a COUVAM e a COMAM. A maior parte do trabalho foi realizado diretamente com a COUVAM, conforme proposta inicial de estágio e participando de alguns projetos com a COMAM, que serão mais bem explanados no capítulo seguinte.

São funções da COUVAM: proporcionar um canal aberto entre a comunidade e a Secretaria, de forma a atender suas necessidades; receber reclamações acerca de questões do meio ambiente e viabilizar a solução dos problemas apresentados à SOMA; levar ao conhecimento dos órgãos competentes todas as reclamações apresentadas, acompanhando as ações desenvolvidas para a resolução das questões; realizar reuniões de mediação, facilitando a solução de conflitos; promover articulação entre as instituições governamentais e não-governamentais do meio ambiente; promover a Educação Ambiental Informal e não Formal (SOMA, 2002).

A COMAM visa a assegurar um controle mais efetivo do meio ambiente, mediante um amplo trabalho de planejamento e gerenciamento. Neste sentido, busca-se desenvolver ações que visam a preservação, recuperação e utilização racional dos recursos ambientais, analisados globalmente, consolidando um processo de caráter dinâmico e participativo (SOMA, 2002).

O objetivo deste relatório é relatar as atividades desenvolvidas durante os meses de maio a dezembro do ano de 2002 na Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA), em duas de suas Coordenadorias, a COUVAM e a COMAM.

## **2 – SECRETARIA DA OUVIDORIA-GERAL E DO MEIO AMBIENTE (SOMA)**

De acordo com a Lei n.º 13.093, de 08 de janeiro de 2001, compete a SOMA: prestar diretamente serviços de atendimento à comunidade, apurando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários dos serviços públicos estaduais, inclusive encaminhando à entidade competente, para apuração, reclamações e denúncias recebidas; definir e desenvolver planos para a implementação das políticas de gerenciamento e controle ambiental do Estado do Ceará; elaborar planos, programas e projetos de proteção, recuperação, conservação e melhoria da qualidade ambiental do Estado, bem como supervisionar a aplicação da legislação; coordenar as Políticas do Governo na área do Meio Ambiente, entre outras.

São vinculadas à Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE).

Através do organograma (Figura 1), pode-se observar toda a estrutura da SOMA e de suas Coordenadorias, estando a Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM) e a Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM) trabalhando juntas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental do Estado.

### **2.1 – Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM)**

A COMAM visa a articular e coordenar as ações governamentais em consonância com a Política Estadual de Meio Ambiente; definir e desenvolver planos estratégicos para a implementação das políticas de gerenciamento e controle ambiental do Estado do Ceará; elaborar planos, programas e projetos de proteção, recuperação, conservação e melhoria da qualidade ambiental do Estado, bem como supervisionar a aplicação da legislação que regula a matéria e elaborar Planos Diretores e modelos de gestão compatíveis com as ações do meio ambiente.

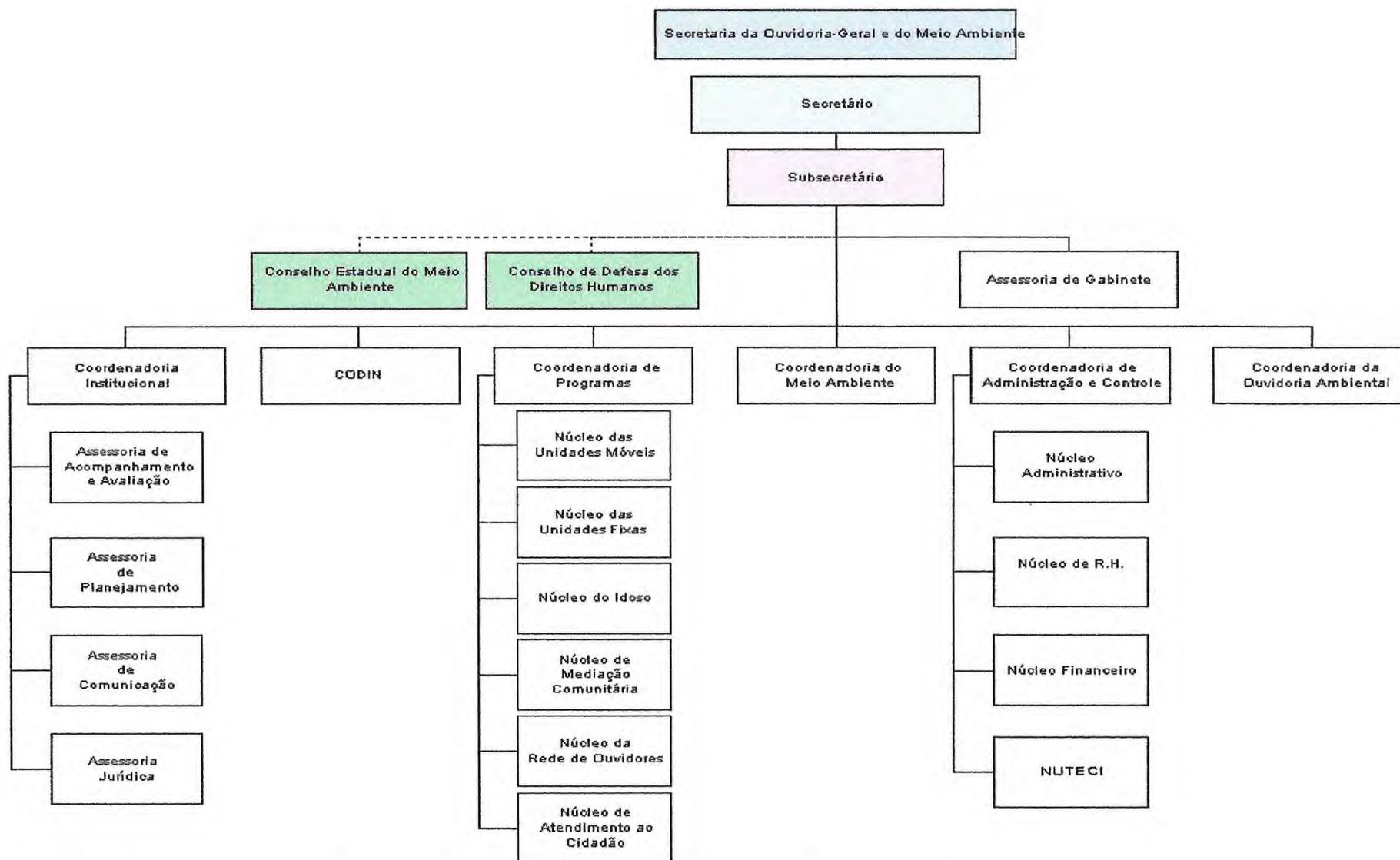


FIGURA 1 – Organograma da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA).

Os principais objetivos dos programas e projetos desenvolvidos pela COMAM são:

a) **Projeto Gerenciamento Costeiro (GERCO)** – realizar um diagnóstico para zoneamento, plano de gestão e lei estadual da zona costeira.

b) **Projeto Reciclagem de Resíduos Sólidos** – desenvolver um amplo processo de conscientização junto a população, para posterior mudança de hábitos e atitudes em relação ao meio ambiente, com destaque para o campo da limpeza urbana incentivando o reaproveitamento, a reutilização e a reciclagem dos resíduos gerados de forma a aumentar a vida útil dos aterros sanitários. Distribuição de prensas, capacitação e educação ambiental. Este projeto está em consonância com a Lei Estadual n.º 13.103, de 24 de janeiro de 2001, que dispõe da Política Estadual de Resíduos Sólidos.

c) **Projeto Selo Município Verde** – atua no sentido de se verificar quais municípios cearenses possuem efetivas ações que protejam o meio ambiente e proporcionem melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Objetiva-se, também, incentivar às municipalidades a implementarem políticas ambientais necessárias, com a distinção, através do selo verde, dos municípios que estão obedecendo a um padrão razoável de qualidade ambiental.

d) **Análise de Projetos (elaboração de pareceres)** – analisar os projetos e solicitações de ações ambientais feitas a esta Secretaria.

e) **Elaboração de Planos/Programas/Projetos** – atua na elaboração de projetos, programas e planos na área ambiental, implementando assim a Política Estadual do Meio Ambiente.

f) **Acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento Regional** – acompanhar as ações ambientais de cada Município, nas diversas regiões do Estado do Ceará.

g) **Projeto “Trailer” Espaço Verde Zé Pinto** – trata-se de uma biblioteca itinerante com a finalidade de disseminar a educação ambiental.

h) **Projeto Coleta Seletiva de Pneus Inservíveis** – evitar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado dos pneus inservíveis e disciplinar o gerenciamento ambiental adequado.

i) **Projeto de Viveiros de Mangue** – executar o reflorestamento de manguezais degradados, através do plantio de mudas de mangues.

j) **Programa de Construção de Aterros Sanitários Regionais** – realizar o acompanhamento da gestão de resíduos sólidos feita de forma integrada com municípios de uma mesma microregião.

k) **Projeto Coleta de Pilhas e Baterias** - coletar, armazenar e destinar pilhas e baterias inutilizáveis.

## **2.2 – Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM)**

A COUVAM tem como prioridade receber as reclamações da sociedade, que são feitas através do Alô Cidadão, Atendimento Pessoal, Portal do Governo e Caixa de Sugestões da Rede de Ouvidores da Casa, e as que estejam relacionadas à questão ambiental. Atende também aos cidadãos que procuram informações acerca do meio ambiente.

Após feitas as reclamações, os órgãos competentes são acionados para solucionar o problema, e estes têm obrigação de emitir laudos e relatórios técnicos de vistorias e as providências adotadas pelos mesmos. Na demora quanto à solução dos problemas, são convocados reclamantes e reclamados para as reuniões de mediação de conflitos, aplicando assim a legislação ambiental vigente.

A COUVAM participa da elaboração de programas e projetos para a melhoria da qualidade ambiental no Estado do Ceará, ministra palestras e cursos sobre meio ambiente e participa de eventos na área de meio ambiente.

As atividades, programas e projetos desenvolvidos pela COUVAM podem ser divididos em três áreas: Ouvidoria, Educação Ambiental e Controle Ambiental.

### **a) Na Área de Ouvidoria**

- **Rede de Ouvidores da Casa** – são reuniões mensais, onde participam todos os ouvidores dos órgãos públicos estaduais, a fim de discutir as principais ações desenvolvidas no tocante ao atendimento das reclamações geradas pela sociedade, buscando melhorias contínuas no serviço público e satisfação dos usuários.

- **Reuniões de Mediação de Conflitos** – têm como objetivo solucionar impasses não resolvidos pelos órgãos acionados. Para estas reuniões são convocados os reclamantes e reclamados, a fim de ser discutido o problema e elaborado um Termo de Compromisso, onde ficam consignadas todas as condições para a solução definitiva do mesmo.

- **Projeto Ouvidor Mirim** – desenvolvido em parceria com a Coordenação de Programas (COPRO/SOMA), conta com a participação dos diversos setores da SOMA, visando o treinamento de crianças e jovens de comunidades carentes para tornarem-se ouvidores mirins, atuando ativamente na solução dos problemas sócio-ambientais dos bairros onde vivem.

- **Processos em tramitação** – são feitos os encaminhamentos aos Órgãos responsáveis, acompanhamento dos processos ativos na Ouvidoria, atualização do banco de dados, resposta aos reclamantes, reuniões de mediação (se necessário) e termos de encerramento.

#### b) Na Área de Educação Ambiental

- **Conselhos de Administração do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)** – o SISAR está dividido em 8 regiões, de acordo com o agrupamento das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará, com sedes nos municípios de Fortaleza, Itapipoca, Sobral, Crateús, Quixadá, Russas, Iguatu e Juazeiro do Norte. Tem como objetivo capacitar as comunidades rurais, a fim de gerenciarem os sistemas de abastecimento de água e cobrança pelo uso da água.

- **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental** – consiste em um fórum de discussão e deliberação sobre assuntos relacionados à educação ambiental, como a implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental, criação do Pólo Estadual de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis, implantação de uma base de dados sobre as experiências desenvolvidas no Estado do Ceará e descentralização dos projetos coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente.

- **Pacto de Cooperação do Ceará** – reúne todos os interessados (cidadãos, instituições e organizações) para a discussão sobre temas estratégicos de interesse da sociedade cearense; está dividido em fóruns

temáticos (educação, indústria, turismo, agricultura etc) e fóruns regionais (Cariri, Centro-Sul, Norte, Sertão Central etc); recentemente foi criado o Fórum da Água e do Meio Ambiente.

- **Fórum Ambiental** – organizado e coordenado pela Comissão Permanente de Meio Ambiente do CREA-CE é realizado mensalmente e de forma regionalizada, abordando temas relacionados aos problemas ambientais mais comuns no Estado do Ceará e as práticas de conservação e manejo sustentável.

- **Grupo de Trabalho em Educação Ambiental como Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos** – criado em julho de 2001, através da articulação entre a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Secretaria de Educação (SEDUC) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), conta atualmente com 15 Instituições, com o objetivo de discutir as principais atividades de educação ambiental que podem ser desenvolvidas no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.

#### c) Na Área de Controle Ambiental

- **Projeto de Controle Ambiental do Assoreamento Eólico do Serviluz** – visa conter o avanço das dunas e soterramento das residências na comunidade do Serviluz, através da construção de estruturas guias de correntes eólicas, envolvendo o trabalho comunitário e ações de educação ambiental e sanitária.

- **Projeto de Limpeza dos Recursos Hídricos de Fortaleza Atendidos pelo SANEFOR** – consiste na limpeza do espelho d'água e redução das fontes poluidoras em 5 lagoas de Fortaleza (Parangaba, Maraponga, Porangabussu, Mondubim e Papicu), além de ações educativas nas comunidades do entorno desses mananciais.

- **Projeto de Combate à Poluição Sonora no Interior do Estado** – desenvolve-se em articulação com as Prefeituras Municipais e Promotorias para a criação de programas de combate à poluição sonora, com capacitação de equipe técnica de fiscalização e aquisição de equipamentos.

### **3 – TRABALHOS REALIZADOS DURANTE O ESTÁGIO**

O estágio foi realizado na Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA), em Fortaleza-CE, durante o período de 13 de maio de 2002 a 20 de março de 2003, com 20h semanais, abrangendo um total de 820 horas, sendo relatado neste trabalho apenas o período de maio a dezembro de 2002.

#### **3.1 – Trabalhos Realizados na Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM)**

Como se pode observar nos relatos anteriores, são inúmeros os projetos desenvolvidos pela SOMA. Neste item, serão apresentados os trabalhos realizados na COMAM.

##### **3.1.1 – Gerenciamento Costeiro (GERCO)**

O conceito de gerenciamento costeiro implica gestão ambiental, e essa gestão significa uma condução, direção e controle do uso dos bens ambientais de acordo com a capacidade de suporte do meio. A gestão se dá através de instrumentos e inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos e financiamentos, requisitos institucionais e legais (CARVALHO, 1994).

Somente nas últimas décadas, o governo brasileiro começou a se preocupar com esta questão, introduzindo o conceito de Gerenciamento Costeiro na administração pública, através do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), também chamado de GERCO, criado em 1988, através da Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988.

O GERCO é um programa do Governo Federal que propõe o planejamento e regulamentação das atividades a serem feitas na Zona

Costeira, buscando o uso sustentável de seus recursos para a melhoria na qualidade de vida da população (ASSOCIAÇÃO, s. d.).

Para que isto aconteça, de acordo com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), o Gerenciamento Costeiro tem alguns passos que devem ser seguidos:

– **O Diagnóstico** – estudo que mostra a situação econômica e social da população que vive na Zona Costeira de todo o Estado, bem como a situação do meio ambiente.

– **O Zoneamento** – é a identificação de zonas ou regiões ao longo da costa, com suas características e vocações próprias, para cada uma, com base nas informações dos diagnósticos.

– **Os Planos de Gestão** – são planos feitos com representantes e colaboradores e as responsabilidades de cada um nestas ações. Deve existir um Plano de Gestão para cada setor da costa.

– **Monitoramento** – inclui a coleta de dados e informações para que se possa acompanhar a qualidade de vida e do ambiente na Zona Costeira e gerar informações para os Planos de Gestão e todas as ações propostas.

De acordo com a definição dada pela SEMACE a Zona Costeira é a faixa do território próximo ao mar, onde ocorre a interação entre a terra, o mar e o ar, dando características próprias a sua paisagem e aos seus recursos naturais. A Zona Costeira pode ser dividida em parte terrestre e parte marinha.

– **Parte Marinha:** corresponde à parte mais rasa do mar, antes dele se aprofundar nos oceanos, indo desde o litoral até uma certa profundidade na plataforma continental. Para efeitos de gerenciamento, utiliza-se a distância de 12 milhas náuticas mar adentro, o que corresponde a 22,2 km.

– **Parte Terrestre:** é a parte que fica em terra firme, indo desde a praia até uma porção de terra mais acima, sua largura varia dependendo da influência do mar e das atividades em terra sobre o ambiente costeiro. Para facilitar sua gestão, a faixa terrestre corresponde atualmente ao limite dos municípios costeiros, conforme definido no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Ao longo do litoral brasileiro podem ser encontrados manguezais, restingas, dunas, praias, ilhas, costões rochosos, baías, brejos, falésias,

estuários, recifes de corais e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, todos apresentando diferentes espécies animais e vegetais. Não esquecendo das inúmeras comunidades de pescadores que vivem dos recursos retirados desses ambientes. Enfim, os espaços litorâneos possuem riquezas significativas de recursos naturais e ambientais, mas a intensidade de um processo de ocupação desordenado vem colocando em risco todos os ecossistemas presentes na costa litorânea, não só do Ceará como do Brasil. (ARRUDA, 2001).

Das regiões brasileiras, somente o Centro-Oeste não possui área na Zona Costeira e, dos 26 estados da Federação, 17 são litorâneos. A população brasileira que reside no litoral ocupa uma faixa de até 200 km do mar, cuja forma de vida impacta diretamente os ecossistemas litorâneos. Não há dúvida em definir essas áreas como as maiores fontes de contaminação do meio marinho no território brasileiro (ARRUDA, 2001).

Enfim, observa-se que a zona costeira apresenta situações que necessitam tanto de ações preventivas como corretivas para o seu planejamento e gestão, a fim de atingir padrões de sustentabilidade para esses ecossistemas.

No Ceará, a Zona Costeira ocupa em terra uma área de 20.120 km<sup>2</sup>, da qual fazem parte 33 municípios, que estão distribuídos em 4 setores (Costa Leste, Fortaleza e Região Metropolitana, Costa Oeste e Costa Extremo Oeste). Inicialmente o trabalho de Gerenciamento Costeiro está sendo iniciado pelo litoral leste, que cobre 125 km, englobando os municípios de Icapuí, Aracati, Fortim, Beberibe, Itaiçaba, Cascavel e Pindoretama, como mostra a Figura 2 (CARACTERIZAÇÃO, 1998).

No ano de 1998 foram feitos levantamentos e proposta preliminar de macrozoneamento do Setor Litorâneo Leste, necessitando, todavia, de atualização e complementação dos dados, que tiveram destaque para a área marinha.



descentralizada e compartilhada, possibilitando uma integração gerencial no âmbito dos projetos/planos envolvendo instâncias federais, estaduais, municipais e setor privado na busca da sustentabilidade dos recursos naturais e melhoria na qualidade de vida da população; disponibilizar informações técnico-científicas, utilizando-se das diversas formas de comunicação, permitindo o acompanhamento dos indicadores ambientais e das ações de gestão, bem como subsídios à internalização de produtos de ordenamento do território.

A partir desses resultados têm-se como produtos previstos no Projeto:

- Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico consolidada, acompanhada de diagnóstico sócio-ambiental e material cartográfico;
- Instrumentos Normativos desenvolvidos (Leis e Decretos);
- Plano de Gestão consolidado;
- Termo de Cooperação entre Governo Estadual e Prefeituras Municipais;
- Projetos Setoriais e Executivo elaborados para as áreas de desenvolvimento urbano, turismo, aqüicultura/carcinicultura e administração de Unidades de Conservação;
- Sistema de gerenciamento de informações e banco de dados estruturados e em funcionamento (SIGERCO);
- Site na Internet estruturado, permitindo a divulgação de informações atualizadas;
- Programa de Monitoramento Ambiental, estruturado com matriz de indicadores e parâmetros;
- Plano de Comunicação, elaborado com estratégia de divulgação, público alvo, instituições financiadoras e realização de eventos com setores vinculados à área de comunicação;
- Material de divulgação vinculado aos produtos do zoneamento.

A SOMA estabeleceu uma parceria de trabalho com a SEMACE, e vem desenvolvendo entendimentos para formalização da execução do Projeto em conjunto com o Instituto de Estudos, Projetos e Pesquisas da Universidade Estadual do Ceará (IEPRO/UECE), que possui larga experiência nessa área, constituindo o principal parceiro no desenvolvimento das atividades de atualização/revisão do zoneamento, diagnóstico sócio-ambiental e elaboração dos instrumentos normativos.

Inserem-se nesse conjunto, as ações de mobilização dos representantes locais na discussão para a implantação do zoneamento, reforçando parcerias de grande representatividade junto a outros segmentos e a comunidade científica, como é o caso das ONG's Instituto Terra Mar e Aquasis, que desenvolvem e apoiam diferentes atividades no litoral cearense.

O cronograma inicial de desenvolvimento do projeto sofreu alteração no prazo de sua execução, devido ao processo burocrático de liberação de recursos financeiros e contratação de serviços.

No ano de 2002 houve a participação nas discussões e elaborações de quatro Termos de Referência, que servem para a contratação de consultoria especializada e realização dos trabalhos no Setor Leste da Zona Costeira. São eles:

- **Termo de Referência N.º 181** – contratação de serviços de consultoria, pessoa física, para elaboração do cadastro de atores e usuários dos recursos naturais no Setor Leste da Zona Costeira do Estado do Ceará.

- **Termo de Referência N.º 182** – contratação de serviços de consultoria, pessoa física, para elaboração do Diagnóstico Sócio-ambiental e proposta de Zoneamento da faixa marinha do Setor Leste da Zona Costeira do Estado do Ceará.

- **Termo de Referência N.º 183** – contratação de serviços de consultoria, pessoa física, para consolidação do Diagnóstico Sócio-ambiental e proposta de Zoneamento para a faixa terrestre do Setor Leste da Zona Costeira do Estado do Ceará.

- **Termo de Referência N.º 184** – contratação de serviços de consultoria, pessoa física, para elaboração dos produtos cartográficos referentes ao zoneamento do Setor Leste da Zona Costeira do Estado do Ceará.

Em outubro de 2002, a coordenação do Projeto foi encaminhada para a SEMACE, que assumiu a responsabilidade de execução.

### **3.1.2 – Sistema Estadual de Pesca e Aqüicultura Continental (SEPAC)**

O Sistema Estadual de Pesca e Aqüicultura Continental (SEPAC) é um Projeto de Lei que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas, desenvolvimento da pesca continental e da aqüicultura no Estado do Ceará (CEARÁ, 2002).

O SEPAC, dentre outros objetivos, visa a um desenvolvimento sustentável, caracterizado pela prudência ecológica, pela qualidade social e pela eficiência econômica, responsabilizando-se pelo equilíbrio ecológico nas atividades de pesca, de aqüicultura e seus respectivos manejos. Promove ações e atividades referentes ao planejamento e à coordenação do setor da pesca e da aqüicultura, articulando-se em cada caso, com os órgãos e entidades públicas e privadas. Além disso, executa, fiscaliza, controla e avalia ações e atividades relativas aos serviços, planos, programas e projetos do setor da pesca e da aqüicultura (CEARÁ, 2002).

Durante o estágio houve participação em diversas reuniões, juntamente com a comissão de técnicos encarregada da elaboração do Projeto de Lei (SRH, SOMA, SEMACE E SDR), onde foi possível pôr em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, principalmente no que se refere à aqüicultura e suas aplicações.

No final de 2002, o referido Projeto de Lei foi remetido à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para análise dos aspectos jurídicos, tendo 100% de aprovação. Em seguida, foi enviado ao Gabinete do Governador para análise de conveniência e posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado.

No momento, estão sendo iniciadas as reuniões com todos os Comitês de Bacias Hidrográficas existentes no Estado, visando a apresentação e discussão do mencionado documento, tentando obter sugestões que possam enriquecer o texto.

### 3.1.3 – Espaço Verde Zé Pinto

A SOMA acredita que a educação ambiental é um forte instrumento da construção de valores sociais, conhecimentos e atitudes relativos à conservação do meio ambiente.

Partindo desse pressuposto foi criado o Espaço Verde Zé Pinto (Figura 3), que está instalado em um trailer que funciona como uma biblioteca itinerante na área do meio ambiente.



Figura 3 – “Trailer” Espaço Verde Zé Pinto.

O nome dado ao projeto é uma homenagem a um dos maiores artistas plásticos do Ceará, Zé Pinto, que a partir de sucata, criava as mais variadas peças decorativas.

O acervo é composto por documentos referentes a políticas, planos, programas e projetos ambientais; obras de referência – dicionários, guias, mapas e glossários especializados em meio ambiente e áreas afins; multimeios – videoteca, fitoteca, Cd's, disquetes e fotos; bibliográficos – livros técnicos na área de meio ambiente e ciências correlatas.

Todo o acervo informacional da biblioteca foi montado por meio de doações do MMA, através do Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID), e suas entidades vinculadas, além de Instituições Governamentais ou não, com atividades afins.

Com toda essa composição o Espaço Verde Zé Pinto terá capacidade de disponibilizar informações que sirvam de base para o processo de conscientização, quanto à importância de se ter um meio ambiente equilibrado e saudável para gerações atuais e futuras.

Por ser uma biblioteca itinerante o Espaço Verde Zé Pinto poderá atender a empresas, escolas, eventos, universidades e comunidades em todo o Estado do Ceará, atingindo assim todos os níveis da sociedade, de escolaridade e idade.

A informação ambiental será promovida à comunidade através de: pesquisas na Internet pelo terminal disponível; levantamentos bibliográficos nacionais e internacionais; pesquisas bibliográficas legislativas; disseminação seletiva de informação técnica e científica; serviços de alerta, exposições, divulgação de novos documentos, jornais e revistas informativas; distribuição de informativos e “folders” editados pela SEMACE; entre outros.

Durante o estágio houve a participação em diversas visitas de divulgação do “trailer”, onde foi possível aprimorar os conhecimentos em educação ambiental e divulgar a mesma, principalmente no âmbito da pesca. As participações em exposições do Espaço foram as seguintes:

- Inauguração do Espaço Verde Zé Pinto – 10 de julho de 2002 – Centro Cultural Dragão do Mar;
- Exposição de Turismo – EXPOTUR – 28 de agosto de 2002 – Centro de Convenções;

- V Bienal do Livro – 07 e 09 de outubro de 2002 – Centro de Convenções;
- Feira Internacional do Estudante – 15 de outubro de 2002 – Parque das Crianças;
- Congresso Brasileiro de Novos Destinos Turísticos – 21 de novembro de 2002 – Centro de Convenções;
- Solenidade de Posse e Reunião da CIEA – 20 de dezembro de 2002 – Procuradoria Geral do Estado.

### **3.2 – Trabalhos Realizados na Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental (COUVAM)**

A COUVAM foi a Coordenadoria onde houve um trabalho mais direto, demandando, assim, a maior parte do tempo do estágio. Os itens a seguir detalharão os trabalhos desenvolvidos no período de maio a dezembro de 2002.

#### **3.2.1 – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental**

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

“A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Atendendo aos princípios orientadores do Programa Nacional de Educação Ambiental, foi criada no Ceará a Comissão Interinstitucional de

Educação Ambiental, construindo assim no Estado um Programa de forma participativa, democrática e descentralizada, envolvendo os parceiros do governo e da sociedade civil organizada, relacionados à educação ambiental (CEARÁ, 2001).

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental tem como missão:

a) Construir e atualizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como indicar as diretrizes e prioridades para o Programa Nacional.

b) Implementar o Programa Estadual de Educação Ambiental, articulando parcerias, captando recursos, participando da execução ou acompanhando ações, analisando resultados parciais, considerando que em processo de construção é preciso atingir e superar etapas.

c) Atuar no desenvolvimento de ações para o Estado, definidas no Programa Nacional, tais como:

— A partir do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis, coordenar a construção de sistema ou rede de educação ambiental similar no Estado;

— A partir do Projeto de Pólos de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis, articular e indicar a divisão do Estado em Núcleos, elegendo uma Cidade Pólo no Estado para onde convergirá todas as informações dos Núcleos;

— Estimular a mobilização e a ampliação do Movimento Protetores da Vida, envolvendo os jovens de 10 a 14 anos da rede escolar.

Atualmente, a coordenação dessa Comissão está a cargo da SOMA e participam como membros instituições do poder público (federais, estaduais e municipais), universidades, organizações não-governamentais, entidades de classe e instituições dos setores produtivos (industrial, comercial e financeiro), totalizando 28 órgãos e entidades.

Durante o ano de 2002 ocorreram 5 reuniões ordinárias mensais, 1 reunião extraordinária, 1 oficina de trabalho e a solenidade de posse dos representantes, em total de 8 encontros. Esses encontros serviram para nivelar as informações para os novos representantes, destacando-se a elaboração e aprovação do Regimento Interno, o qual deverá ser publicado em 2003, através de Decreto Estadual. Participou-se efetivamente em todos os eventos, sendo

de grande valia no que se refere, particularmente, a ampliação e aprofundamento de conhecimentos na área de Educação Ambiental.

### 3.2.2 – Projeto de Controle Ambiental do Assoreamento Eólico do Serviluz

A comunidade do Serviluz, em Fortaleza, vem enfrentando o problema da invasão da areia das dunas, o que tem ocasionado o soterramento de casas, muros, calçadas e o entupimento da rede de drenagem pluvial, observado “in loco”, conforme as Figuras 4 e 5.

A partir dos estudos já realizados, foi possível elaborar um projeto de contenção das dunas, utilizando palhas de coqueiro e vegetação fixadora (salsa). O trabalho foi iniciado em 1997, com a participação da comunidade. Porém, em 1999, com a extinção da Companhia de Habitação (COHAB), o projeto não teve continuidade. Com a falta de manutenção, a areia voltou a causar problemas à população e, desde 2002, a SOMA vem buscando solucionar o fato, através de parcerias com a Secretaria da Infra-Estrutura (SEINFRA) e a Prefeitura Municipal de Fortaleza.



Figura 4 – Soterramento de casas e muros na Comunidade do Serviluz, em Fortaleza/CE, 2002.



Figura 5 – Assoreamento eólico com soterramento de ruas, calçadas e drenagem pluvial na área da Comunidade do Serviluz, em Fortaleza/CE, 2002.

### **3.2.3 – Projeto de Limpeza dos Recursos Hídricos de Fortaleza Atendidos pelo SANEAR**

De acordo com o Plano de Trabalho do Programa de Limpeza dos Recursos Hídricos de Fortaleza, o projeto destina-se a efetuar a limpeza emergencial de algumas lagoas e canais de Fortaleza, onde foram feitas obras de preservação e urbanização desenvolvidas pelo Governo do Estado, através do Programa SANEAR.

Esse projeto visa a preservar os investimentos feitos pelo Estado, evitar danos à saúde da população em consequência da forte poluição existente nas lagoas e evitar alagamentos por ocasião da estação chuvosa. Além disso, com a realização desse projeto serão proporcionados meios para o desenvolvimento de um programa de monitoramento, operação e manutenção desses recursos hídricos, de forma continuada e preventiva que, conseqüentemente, beneficiará toda a população residente nas proximidades dessas áreas.

O Plano a ser desenvolvido é coordenado pela SOMA e prevê uma ação integrada das seguintes Secretarias de Estado e suas vinculadas: Secretaria da Infra-Estrutura (SEINFRA), Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPC), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Secretaria da Saúde (SAÚDE), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH),

Companhia de Polícia Militar Ambiental (CPMA), Corpo de Bombeiros, Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), Defesa Civil, Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e Departamento Estadual de Edificações, Rodovias e Transportes (DERT).

De acordo com as ações previstas no Plano de Trabalho, serão contempladas, basicamente, a limpeza e recuperação das seguintes lagoas e respectivos riachos: Parangaba e riacho sangradouro, Papicu e riacho Papicu-Maceió, Porangabussu e Canal do Tauape-Lagamar, Mondubim, canais Diogo Corrêia, Bom Sucesso – C4, Henrique Jorge, Granja Portugal C.8.3.1 e Granja Portugal C.8.2.3, além do Açude João Lopes e riacho sangradouro, que podem ser observados na planta anexa (Anexo 1).

A SOMA, por intermédio da SEMACE, fará o monitoramento, operação e manutenção das áreas recuperadas, inclusive quanto aos aspectos institucionais. Estava previsto para o mês de outubro de 2002 o início das ações, porém devido ao calendário eleitoral não foi possível realizar a ação a contento.

### **3.2.4 – Processos em tramitação**

A COUVAM, como foi relatado no item 2.2, recebe as reclamações da sociedade acerca de qualquer tipo de poluição ou degradação ambiental, sendo feitas através do Alô Cidadão (0800857777), Portal do Governo (soma@soma.ce.gov.br), Caixa de Sugestões da Rede de Ouvidores da Casa e Atendimento Pessoal.

Durante o ano de 2002 foi implementado na COUVAM um Banco de Dados para controle e acompanhamento dos processos. Nesse programa é elaborado um Formulário de Atendimento (Anexo 2), onde a partir dele pode-se realizar o acompanhamento do processo. Este banco de dados é continuamente atualizado, com base nos encaminhamentos e nas respostas dos órgãos acionados, dando uma posição precisa em caso de consulta pelos interessados. Até o mês de dezembro de 2002 foram contabilizados cerca de 847 processos em tramitação.

As reclamações abertas por meio dos formulários de atendimento são encaminhadas para o setor de protocolo da SOMA, onde recebem um número de processo. Esse processo é analisado pelo Coordenador da Ouvidoria Ambiental, que encaminha aos órgãos competentes e estes, por sua vez, realizarão a devida inspeção com o objetivo de solucionar o problema.

Após essa fiscalização, os Órgãos acionados devem encaminhar uma resposta para a SOMA, através de ofícios, laudos ou relatórios técnicos de vistorias, onde devem constar as providências adotadas pelos mesmos. Caso o problema não seja solucionado pelos Órgãos competentes, são realizadas reuniões de mediação com os reclamantes e reclamados, para que em conjunto possam chegar a um consenso. Ao final da reunião os interessados assinam um termo de compromisso, sendo dado um prazo para a solução final do problema. O Anexo 3 apresenta o Formulário Padrão de Reunião, onde ficarão registradas a síntese da reunião e as conclusões para o caso. O Anexo 4 mostra o Termo de Compromisso firmado entre as partes.

Com a resolução do problema, o processo é analisado novamente e elaborado um Termo de Encerramento (Anexo 5).

Durante todo o período de realização do estágio foram feitos acompanhamentos de inúmeros processos, sendo a maior parte dos trabalhos dedicada a esta atividade. Por esse motivo vê-se a necessidade de um único capítulo para o assunto.

#### 4 – ANÁLISE DE PROCESSOS

As reclamações que chegam à Ouvidoria são, em sua maioria, de degradação ambiental. Mas, o que é degradação ambiental?

Segundo HOLANDA (1997), nos países ricos, a degradação ambiental significa essencialmente desperdício, excesso de poluição e extinção de recursos naturais importantes, como o petróleo e o carvão, fontes importantíssimas de energia. Nos países pobres, os problemas ambientais estão ligados à pobreza da maioria da população, que não dispõe de meios para alcançar padrões básicos de qualidade ambiental: saúde, habitação, alimentação, remuneração.

Nas grandes cidades, como Fortaleza, é possível que ocorram inúmeros impactos sobre o meio ambiente, seja devido à carência de um serviço de controle urbano, ou a um grande número de complexos industriais (química, petroquímica, celulose), ou simplesmente a um vizinho que não sabe respeitar o direito do outro.

Mas, não é só nas cidades grandes que ocorrem impactos ambientais, e é por isso que a COUVAM atende reclamações de todo o Estado, tentando juntamente com os responsáveis em cada Município resolver essa problemática.

Nesse capítulo será relatado através da Tabela 1, os tipos de impactos ambientais que estão ocorrendo em todo o Estado do Ceará.

Além dos processos especificados na Tabela 1, existem outros que por aparecerem em menor número, não foram relatados. Esses processos estão relacionados à degradação de falésias, invasão marinha, corte de árvore, crime contra a fauna e a flora, anelamento de árvore, aterro de rio, entre outros. Tanto o Projeto da Lagoa da Parangaba como o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental também geraram processo.

Tabela 1 – Processos recebidos no período de maio a dezembro de 2002

PROCESSOS	Meses								
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Poluição Sonora	3	5	2	6	13	5	5	5	44
Poluição Atmosférica	1	0	1	0	1	0	2	3	8
Degradação Ambiental	3	5	10	6	11	10	2	8	55
Poluição Sonora e Atmosférica	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Poluição Sonora e Ambiental	1	3	0	2	1	0	0	0	7
Queimadas	0	0	0	0	1	1	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>27</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>119</b>

Mensalmente, foram elaborados relatórios detalhados dos processos recebidos, analisados, despachados e arquivados. Esses relatórios também continham as cartas e ofícios encaminhados, relatórios e pareceres técnicos emitidos, visitas técnicas, elaboração de programas ou projetos e reuniões de mediação. A partir desses relatórios foi feito um levantamento quantitativo dessas atividades, por quadrimestres (Tabela 2 e 3).

Tabela 2–Levantamento dos Processos da COUVAM (2º Quadrimestre/2002)

Discriminação	Meses			
	Maio	Junho	Julho	Agosto
1. Processos Recebidos	11	13	13	14
2. Processos Analisados e Despachados	25	22	23	32
3. Processos Arquivados	20	13	22	27
4. Cartas e Ofícios Emitidos	54	32	36	41
5. Relatórios e Pareceres	02	-	-	-
6. Visitas Técnicas	-	-	-	01
7. Elab. Programas/Projetos	-	-	-	-
8. Reuniões de Mediação	-	-	-	-

Tabela 3–Levantamento dos Processos da COUVAM (3º Quadrimestre/2002)

Discriminação	Meses			
	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1. Processos Recebidos	27	16	09	16
2. Processos Analisados e Despachados	31	30	20	17
3. Processos Arquivados	28	37	09	17
4. Cartas e Ofícios Emitidos	43	43	39	81
5. Relatórios e Pareceres	-	-	01	-
6. Visitas Técnicas	-	01	01	-
7. Elab. Programas/Projetos	-	-	-	-
8. Reuniões de Mediação	-	03	02	-

Com os dados das Tabelas 2 e 3 foi realizado um levantamento da frequência absoluta dos processos recebidos, analisados e arquivados na COUVAM, por quadrimestres, durante o período do estágio. (Figuras 6 e 7)

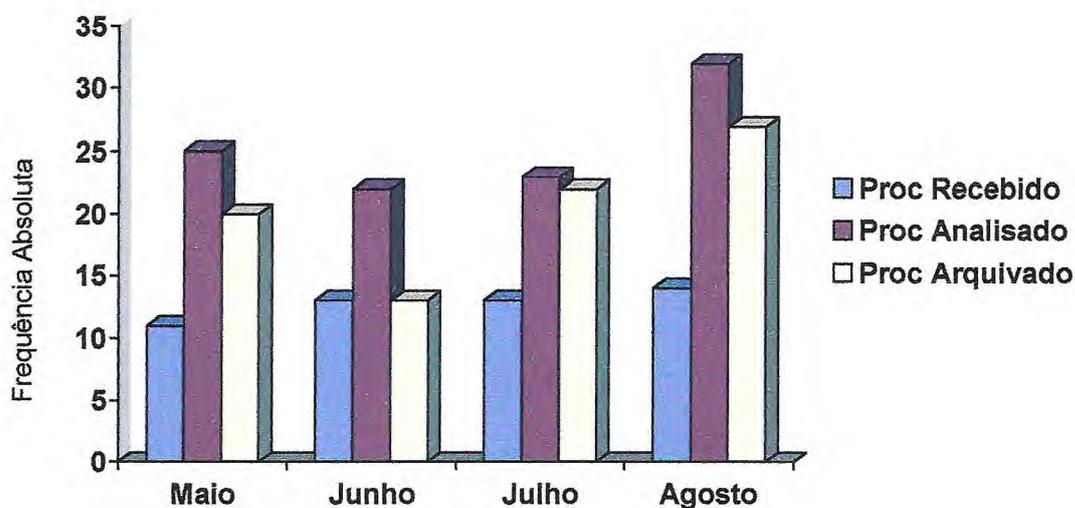


Figura 6 – Representação gráfica da variação mensal no número de processos (recebidos, analisados e arquivados) no período de maio a agosto de 2002.

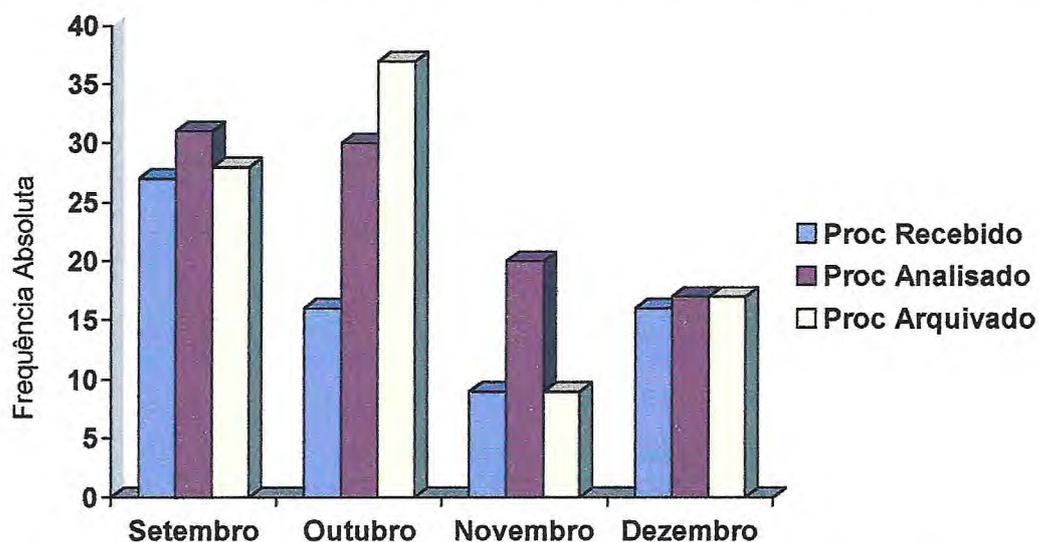


Figura 7 – Representação gráfica da variação mensal no número de processos (recebidos, analisados e arquivados) no período de setembro a dezembro de 2002.

Percebe-se o crescimento dos processos arquivados, o que significa um atendimento maior ao cidadão, cujos problemas de inúmeras degradações ambientais foram solucionados.

## 5 – OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante a realização do estágio ocorreram alguns eventos ligados ao meio ambiente, o que proporcionou um aprendizado maior, tanto pessoal como profissionalmente.

Na participação em eventos como palestras, debates e mesas redondas, houve relevante destaque para debates sobre a legislação da Aqüicultura, havendo, sendo esta considerada carente na grade curricular do Curso de Engenharia de Pesca. Em todos os eventos abaixo discriminados, a SOMA participou ativamente nas discussões e divulgação de suas atividades.

- Visita a SEMACE, conhecendo todos os seus departamentos e o trabalho ali executado;
- I Workshop de Ações Ambientais do Estado do Ceará – 27 de maio de 2002 – SEBRAE/CE;
- Semana Nacional do Meio Ambiente – 05 a 08 de junho de 2002;
- Feira Cearense dos Municípios – FECEM – 03 a 05 de julho de 2002 – Centro de Convenções
- Exposição de Turismo – EXPOTUR – 28 de agosto de 2002 – Centro de Convenções;
- V Bienal do Livro – 07 e 09 de outubro de 2002 – Centro de Convenções;
- Feira Internacional do Estudante – 15 de outubro de 2002 – Parque das Crianças;
- Congresso Brasileiro de Novos Destinos Turísticos – 21 de novembro de 2002 – Centro de Convenções;
- Seminário de Avaliação do Simulado de Derrame de Óleo no Mar – 04 de dezembro de 2002 – Auditório da PETROBRÁS/LUBNOR;
- Fórum Ambiental – 05 de dezembro de 2002 – CREA/CE;
- Solenidade de Posse e Reunião da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – 20 de dezembro de 2002 – Procuradoria Geral do Estado.

## 6 – PLANEJAMENTO PARA 2003

A quantidade de atividades e projetos desenvolvidos pela SOMA é enorme, como é possível notar neste relatório, porém suas Coordenadorias pretendem melhorar, cada vez mais as ações desenvolvidas em prol do meio ambiente, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida melhor para o cidadão cearense.

As ações para o ano de 2003 serão apresentadas de acordo com cada Coordenadoria, conforme discriminado abaixo:

### 6.1 – Coordenadoria do Meio Ambiente (COMAM)

a) **Projeto de Gestão do Ecoturismo** – diagnóstico das atividades turísticas e plano de gestão.

b) **Projeto de Gerenciamento dos Estuários** – mapeamento, zoneamento e plano de gestão das áreas estuarinas.

c) **Projeto de Comunicação Visual em Unidades de Conservação** – divulgação das informações dentro das Unidades de Conservação, espaços territoriais protegidos, sem causar poluição visual.

d) **Plano Estadual da Pesca Marítima** – diagnóstico, zoneamento e plano gestão.

e) **Projeto A<sub>3</sub>P na Administração Pública** – cuida da inserção de critérios ambientais nas áreas de governo, visando minimizar ou eliminar impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais.

f) **Projeto de Capacitação para Agentes de Ecocidadania** – capacitar os agentes em educação ambiental.

g) **Projeto de Sustentabilidade do Rio Cocó** – visa buscar ações para a auto-sustentabilidade do rio Cocó;

h) **Projeto de implantação de Agenda 21** – estimular os municípios na formulação de suas Agendas 21;

i) **Projeto de Criação de Unidades de Conservação** – identificação de áreas de interesse para preservação/proteção.

j) **Projeto Prorecycle** - seleção, classificação, enfardamento e comercialização de Resíduos Sólidos Brutos

## **6.2 – Coordenadoria da Ouvidoria do Meio Ambiente – COUVAM**

a) **Seminários Intersetoriais de Vigilância Ambiental em Saúde** – coordenado pela Secretaria de Saúde do Estado (SESA) é realizado em 21 microrregiões, contando com a participação de diversos segmentos dos municípios atendidos; são discutidos diversos temas relacionados à saúde e encaminhamentos aos órgãos competentes para a realização de parcerias como capacitações, campanhas e elaboração de materiais educativos;

b) **Projeto Faladoria** – desenvolvido pelo Núcleo da Rede de Ouvidores (NURED/SOMA), consiste na explanação sobre as principais funções e atividades desempenhadas por cada ouvidor do Estado, dentro de suas respectivas áreas de atuação, para o público que é atendido nas Casas de Mediação Comunitária, Casas do Cidadão e Caminhão da Cidadania; através desse serviço são sanadas as dúvidas da comunidade sobre os principais problemas que as aflige, bem como ocorre uma sensibilização para diversas temáticas, especialmente o meio ambiente e a cidadania.

c) **Comissão da Ouvidoria Agrária** – órgão colegiado composto por 17 instituições e entidades, coordenada pela SOMA, com os objetivos de buscar, através da conciliação, medidas alternativas para a solução dos conflitos agrários, zelar pela paz na zona rural, bem como agilizar a prestação jurisdicional nos conflitos agrários.

d) **Projeto Ouvidoria Ambiental na Mídia** – consiste em uma programação mensal nas rádios (AM e FM), com o objetivo de levar à população uma variedade de debates sobre temas ambientais, relacionando-os com datas comemorativas alusivas ao meio ambiente, despertando assim a consciência crítica de diferentes faixas etárias; os programas também terão um canal aberto com a população, com coberturas jornalísticas, ao vivo, de problemas ambientais e informações sobre os órgãos competentes para solucionar estes problemas; será estimulada a elaboração de artigos técnicos para veiculação em jornais, bem como entrevistas na TV, através de debates e esclarecimentos.

e) **Projeto Pólo Estadual de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis** – a ser realizado com recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Pólo Estadual de Educação Ambiental faz parte das diretrizes e ações do Programa Nacional de Educação Ambiental; é coordenado, nos Estados, pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e tem como objetivo ser o centro para o qual convergem todas as experiências bem sucedidas na área; o Projeto e o Plano de Trabalho para a criação do Pólo deverão ser apresentados ao MMA, até o final de fevereiro de 2003, para em seguida ser avaliado e, caso seja aprovado, haja a liberação dos recursos financeiros;

f) **Projeto Educação Ambiental à Distância** – através de uma parceria entre a SOMA, SEDUC, SEMACE, SECITECE, SESA e FUNTELC, e com a articulação da Comissão de Educação Ambiental, o Curso “Princípios e Técnicas de Educação Ambiental” será ministrado à distância para um público de 200 participantes, em 10 municípios de diferentes regiões do Estado do

Ceará; contará com material didático, composto por 4 manuais e 1 fita de vídeo, elaborado pela equipe de coordenação técnica do projeto; durante os 4 meses de realização, com carga horária de 120 h/aula. Os participantes irão acompanhar as 4 teleconferências, que serão transmitidas simultaneamente para os municípios beneficiados, através das infovias existentes nos CVT's e CENTEC's; o curso terá apoio do Pólo de Educação Ambiental, que contará com pessoas treinadas para responder as principais dúvidas dos participantes; a interação também pode ocorrer por meio da internet, através de uma "home page", que contará com informações diversas, fóruns de discussão "on line" e montagem de grupos de estudos.

**g) Assessoria na Implantação dos COMDEMA's** – visa estimular a articulação dos atores sociais dos municípios para a implantação e participação ativa no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, órgão de deliberação das questões ambientais locais e responsável pela elaboração das Agendas 21.

**h) Projeto TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)** – propõe a celebração de convênios e assinatura do TAC com as Prefeituras Municipais, no âmbito do meio ambiente, contando com a fiscalização do Ministério Público através das Promotorias, visando a coibir ações e atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais; a Procuradoria Geral de Justiça, pela sua Promotoria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano é um parceiro essencial deste projeto;

**i) Projeto Empreendedor Verde** – consiste na coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos orgânicos provenientes das Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA), com a produção de composto orgânico de excelente qualidade, a fim de ser utilizado no cinturão verde de Fortaleza, bem como em hortas escolares, para a produção de alimentos e complementação alimentar das populações carentes.

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Engenheiro de Pesca atua no desenvolvimento e acompanhamento das diversas etapas da atividade pesqueira, na aplicação de várias técnicas para a detecção e captura das mais variadas espécies, assim como na conservação e beneficiamento do pescado. Cabe também ao Engenheiro de Pesca as funções de supervisão, planejamento, coordenação e execução de atividades integradas para o aproveitamento dos recursos naturais aquícolas, o cultivo e a exploração sustentável de recursos pesqueiros marítimos, fluviais e lacustres.

A Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA), preocupada com a realidade em que se encontra o meio ambiente no âmbito estadual, principalmente no tocante à pesca, realiza inúmeros projetos nessa área, a fim de atingir uma sustentabilidade para todo o ecossistema cearense.

O ano de 2002, por ter sido um ano eleitoral, ocorreu uma lentidão na realização dos trabalhos, mas não há dúvidas quanto a importância dos mesmos.

Os principais problemas enfrentados durante a realização do estágio foram: carência de infra-estrutura (equipamentos, espaço físico); falta de uma integração maior entre SOMA e SEMACE; lentidão na realização nos projetos e verba insuficiente para execução dos mesmos.

Como sugestão para o sucesso das ações realizadas na SOMA deveria haver aumento de recursos humanos, tanto para profissionais como estagiários; capacitação técnica da equipe; aquisição de novos equipamentos; realização de trabalhos em parcerias com outros Órgãos do Estado; maior cobrança de soluções para os problemas ambientais; disponibilidade de recursos financeiros para a execução dos projetos e um acompanhamento maior dos mesmos, com a finalidade de se obter resultados concretos.

O estágio realizado na SOMA foi de fundamental importância no aprendizado pessoal e profissional, principalmente pelo conhecimento adquirido na execução dos projetos, no material estudado para realização das atividades e para uma conscientização ambiental maior.

## 8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos. **Para entender o gerenciamento costeiro**. Fortaleza: AQUASIS, s. d. 20p.

ARRUDA, M. B. (org.). **Ecossistemas brasileiros**. Brasília: Edições IBAMA, 2001. 49p.

BRASIL. Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 6 de janeiro de 2002.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 de abril de 1999.

CADERNO de princípios de proteção à vida. 2.ed.rev. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 100p.

CARACTERIZAÇÃO dos ativos ambientais em áreas selecionadas da Zona Costeira brasileira. Brasília: MMA;PNMA, 1998. 136p.

CARVALHO, V. C. **A zona costeira brasileira: subsídios para uma avaliação ambiental**. Brasília, MMA, 1994. 211p.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Cartilha do Cidadão**. Fortaleza: BN, 2000. 76p.

CEARÁ. Decreto n.º 26.465, de 11 de dezembro de 2001. Cria a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**. Ceará, CE, 13 de dezembro de 2001.

CEARÁ. Lei N.º 13.093, de 08 de janeiro de 2001. Cria na Estrutura do Poder Executivo Estadual a Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente, extingue a Ouvidoria-Geral, altera as competências da Secretaria da Infra-Estrutura, vincula a Superintendência Estadual do Meio Ambiente-SEMACE, e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE à nova Secretaria do Estado, modifica as Leis n.º 12.786, de 30 de dezembro de 1997, e 12.961, de 3 de novembro de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**. Ceará, CE, 09 de janeiro de 2001.

CEARÁ. Lei N.º 13.103, de 24 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**. Ceará, CE, 05 de fevereiro de 2001.

CEARÁ. Projeto de Lei. Dispõe sobre a Política de Proteção à Fauna e à Flora Aquáticas, o Desenvolvimento da Pesca Continental e da Aqüicultura no Estado do Ceará, cria o Sistema Estadual da Pesca e da Aqüicultura – SEPAC e dá outras providências. Ceará, CE, 2002.

GUIA de Praias do Ceará-Online. **Mapa do Litoral Leste do Ceará**. Disponível em: <<http://www.brasil.terravista.pt>>. Acesso em 23 de janeiro de 2003.

HOLANDA, M. J. S. **Educação ambiental**. Caucaia: FAMA, 1997. 87p.

SOMA. **Conheça a SOMA**. Disponível em: <<http://www.soma.ce.gov.br>>. Acesso em 22 de janeiro de 2002.



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente - SOMA  
Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental - COUVAM

Processo Nº:

**Formulário de Atendimento Nº00939/2003**

---

**RECLAMANTE**

Nome/Orgão .

Endereço - - -

Telefone

---

**RECLAMADO**

Nome/Orgão .

Endereço - - -

Telefone

---

**SÍNTESE DO ASSUNTO**

---

Data da Entrada :28/02/2003

Emitido Por: \_\_\_\_\_



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente – SOMA  
Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental - COUVAM

---

## **REUNIÃO DE MEDIAÇÃO**

**PROCESSO N°:**

**DATA/HORA:**

**RECLAMANTE:**

**RECLAMADO:**

**MUNICÍPIO:**

**ASSUNTO:**

**SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO**

**CONCLUSÃO**

---

Mediador



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente – SOMA

---

**TERMO DE COMPROMISSO Nº 001 / 2003 - COUVAM**

**PROCESSO Nº:** DATA:  
**NOME/RAZÃO SOCIAL:**  
**CPF/CNPJ:**  
**ENDEREÇO:** BAIRRO: TEL.:  
**MUNICÍPIO:**  
**ASSUNTO:**

Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental da SOMA, Fortaleza, 28/02/2003

\_\_\_\_\_  
Reclamado

\_\_\_\_\_  
Mediador

\_\_\_\_\_  
Testemunha



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente - SOMA**  
**Coordenadoria da Ouvidoria Ambiental - COUVAM**

---

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

**PROCESSO Nº**

Submetemos o presente processo à avaliação do Coordenador da Ouvidoria Ambiental, Sr. Evaldo Tavares de Souza Filho, uma vez concluído o trâmite administrativo interno na COUVAM.

**SÍNTESE:**

**PROVIDÊNCIAS**

**CONCLUSÃO**

**DATA DE ENCERRAMENTO:**

Assistente responsável

